



SUPREMO
TRIBUNAL
DE JUSTIÇA

O Presidente

Tomada de Posse dos magistrados judiciais do 40.º curso de formação do Centro de Estudos Judiciários

2 de setembro de 2026

Hoje é um dia feliz e irrepetível. É um daqueles dias que permanecerá na vossa memória, independentemente do caminho que cada um venha a percorrer na magistratura.

Hoje iniciam uma nova etapa da vossa vida. Depois de anos de estudo, de preparação exigente e de treino intenso, deixam de ser apenas candidatos à magistratura ou estagiários para assumirem, em nome do povo português, o exercício de um dos poderes soberanos do Estado.

É um privilégio poder abrir-vos as portas dos tribunais e assistir ao início desse percurso, com a alegria especial de hoje ter aqui reencontrado uma dezena de antigos alunos da faculdade a quem talvez tenha transmitido o exemplo e os ensinamentos que terão contribuído para terem decidido serem juízes.

Atrevo-me, consciente de que me dirijo a uma geração que iniciará o seu percurso num contexto diferente daquele que conheci, a deixar-vos algumas palavras sobre o exercício da magistratura judicial, dirigidas a quem, pela primeira vez, assumirá funções em tribunais do interior do país.

É, afinal, isso que se espera de um momento como este. Que quem já percorreu quase todo o caminho partilhe algumas reflexões com quem agora o inicia.

O exercício da magistratura não consiste apenas na aplicação da lei escrita e aprovada pelos demais órgãos do Estado. Consiste em compreender que, por



detrás de cada processo, existe uma história humana, e, muitas vezes, uma realidade social que apenas se revela a quem tem disponibilidade para a perceber.

Nos tribunais do interior, essa dimensão torna-se ainda mais evidente. Julgarão pessoas cujas vidas estão profundamente ligadas ao território onde exercem funções. Encontrarão comunidades mais pequenas, relações de proximidade e problemas que exigem não apenas rigor jurídico, mas também uma compreensão cuidada do contexto em que surgem.

A neutralidade que vos é exigida nunca significará indiferença. Significa ouvir todas as partes com igual atenção e respeito, filtrando emoções para que apenas a razão jurídica prevaleça.

Recordem sempre que o poder que hoje vos é confiado não vos pertence. É um poder delegado pelo povo e exercido em nome deste. Por isso, a humildade será uma das vossas maiores virtudes.

Um juiz que escuta, que pondera e que admite questionar-se é um juiz mais justo. Resistam à tentação das respostas fáceis e das decisões mecânicas. Não sejam meros burocratas escondidos atrás de um computador ou limitados pela rotina dos processos.

São titulares de um órgão de soberania cuja missão é resolver conflitos, proteger direitos e contribuir para a paz social.

Haverá momentos em que a lei oferecerá uma resposta clara. Haverá outros em que o caminho parecerá menos evidente. É precisamente nesses momentos que a prudência, a reflexão, o estudo e a experiência que vão diariamente adquirindo



serão os vossos melhores aliados. Sejam firmes na aplicação da lei, mas nunca deixem de ser sensíveis à dimensão humana de cada decisão.

A independência judicial exige coragem para decidir quando a justiça assim o impõe e firmeza para resistir a pressões externas, por mais discretas ou persistentes que possam ser.

E nunca esqueçam que comunicar bem também é fazer justiça. O direito deve ser compreensível para quem o procura. Façam da linguagem clara e acessível uma regra permanente. Uma decisão que ninguém entende perde parte da sua autoridade, ainda que esteja juridicamente correta. Explicar de forma simples reforça a confiança dos cidadãos e aproxima os tribunais da sociedade.

Vivemos igualmente num tempo em que a inteligência artificial começa a afirmar-se como instrumento de apoio à atividade judiciária. Utilizem-na quando possa ser útil, mas façam-no com prudência.

A tecnologia poderá organizar informação ou tornar algumas tarefas, como a redação das decisões mais eficiente, mas nunca substituirá o vosso discernimento, a vossa consciência ética nem a responsabilidade pessoal por cada decisão.

Nenhum algoritmo suporta o peso moral de julgar.

A fundamentação das vossas decisões deve ser sempre a ser expressão de um julgamento humano, livre e independente.



A lide diária com o litígio, a urgência dos prazos e um grande volume de trabalho podem gerar um desgaste emocional silencioso e um stress que testará os vossos limites.

O segredo para enfrentar esse ritmo de trabalho é a dedicação, o método e a serenidade. A tranquilidade no exercício destas funções é uma exigência técnica indispensável para ver com clareza e transmitir confiança.

Na sala de audiências ou no recôndito do vosso gabinete, o juiz deve ser sempre o fator moderador, blindando a mente contra o ruído exterior e as emoções do momento.

Se o julgador perde a tranquilidade, a justiça perde a sua sensatez e a sua dignidade. E procurem sempre decidir em tempo útil sem prejudicar a necessidade de ponderação da decisão.

As palavras que hoje vos deixo, num tom próprio de quem partilha a experiência de um percurso já iniciado, não pretendem constituir um conjunto de certezas.

São apenas avisos à navegação, construídos a partir do passado e da observação do presente, sem qualquer garantia de que responderão aos desafios do futuro.

Serão a vossa capacidade de adaptação, a abertura às novas realidades e a fidelidade aos valores essenciais da magistratura que determinarão a atualidade destas palavras ao longo do tempo.

Neste dia único da vossa vida profissional, resta-me desejar-vos a melhor sorte e os maiores sucessos.



SUPREMO
TRIBUNAL
DE JUSTIÇA

O Presidente

O vosso sucesso será também a satisfação daqueles que recorrem aos tribunais em busca de justiça.

Hoje neste salão nobre pleno de simbolismo, no dia em que partem para uma nova fase das vossas vidas, desejo-vos um excelente início de funções e um percurso profissional pleno de realizações.

Sejam felizes.

Lisboa, 2 de setembro de 2025

João Cura Mariano, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça